UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Martha Regina P. Gomes

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e suas orientações para as Tecnologias de Informação e Comunicação na sala de aula: a importância dos planejamentos pedagógicos em tempos de Cultura Digital.

Porto Alegre
1º Semestre
2015

Martha Regina P. Gomes

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e suas orientações para as Tecnologias de Informação e Comunicação na sala de aula: a importância dos planejamentos pedagógicos em tempos de Cultura Digital.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profª Drª Cíntia Inês Boll

Porto Alegre
1º Semestre
2015

AGRADECIMENTOS

“Mas sou mais eu, quando consigo
Lhe ver, porque você me reflete
No que eu ainda sou
No que já sou e
No que quero vir a ser”
(Madalena Freire)

Nesta caminhada, quem de nós em algum momento já não pensou em desistir? Mas a determinação e a vontade de prosseguir e ter a sorte de conhecer e conviver com pessoas que me apoiaram, que lutaram comigo e estiveram ao meu lado – nos meus momentos de felicidade, de dificuldade, de alegria e de tristeza – foram mais fortes. Acredito que este trabalho tenha um pouco de cada uma delas, seja nas palavras, nos pensamentos ou, até mesmo, nas entrelinhas. E, por isso, obrigada a todos que fizeram esse sonho tornar-se realidade!

...E, ao concluir este trabalho, agradeço...

... a Deus, em primeiro lugar pela minha saúde e dedicação e, em segundo, pela oportunidade de ter tido docentes maravilhosos e ter conhecido pessoas que hoje considero amigos, principalmente, Daniela, Débora e Lara.

... Ao meu grande companheiro nessa caminhada acadêmica, Waldir, que dedicou horas e também grandes momentos de reflexões para eu seguir em frente e não desistir.

... Aos meus filhos e, em especial, Christian, que nunca mediu esforços para atender aos meus pedidos de auxilio relativos aos trabalhos do curso.

... Ao quadro de docentes desta Universidade, por dispensar esforços, dedicando atenção e carinho, fortalecendo a vontade de crescer. A todos aqueles que colaboraram para que hoje eu esteja me licenciando: tenham certeza de que os ensinamentos encontrados fazem desse momento uma grande alegria.

... E, por fim, a minha orientadora Cíntia, que me inspirou carinhosamente a cada dia durante o ano de 2014 e neste primeiro semestre de 2015, tanto no decorrer do estágio obrigatório quanto na escrita do trabalho de conclusão. Agradeço por ter me acolhido, me guiando e ensinando a cada instante e, mais do que isso, servindo como exemplo do que é ser um educador.

RESUMO

Este trabalho tem como tema principal a importância dos planejamentos pedagógicos em tempos de Cultura Digital e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica para o Ensino Fundamental e suas orientações para as Tecnologias de Informação e Comunicação na sala de aula e a inclusão por meio de apreciações de dispositivos móveis. Imersa no contexto pesquisado, a autora aborda a metodologia da pesquisa qualitativa de observação participante, refletindo a respeito de sua prática docente e discente, sobre suas experiências vividas como monitora do Projeto Mais Educação, bem como no estágio obrigatório do Magistério e do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O objetivo desta pesquisa e a principal questão é refletir sobre como podem ser desenvolvidos planejamentos incluindo tecnologias digitais em tempos de cultura digital.Os pressupostos teóricos que sustentam a escrita contemplam a inclusão social, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) e orientações da UNESCO (2014). Assim, é problematizado não só o conceito de cultura digital (KREUTZ e BOLL), mas também o de inclusão social (WARSCHAUER), entrecruzando-os às discussões de Paulo Freire, no livro *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (1997). Esse contexto educador, que avança em direção ao aluno contemporâneo, impulsiona o significado da docência para a licencianda, nesses tempos de tecnologias e inclusão digital.

Palavras-chave: Planejamento Pedagógico. Inclusão e Exclusão Social. Tecnologias Móveis. Educação Formal. Cultura Digital.

Sumário

1 Uma viagem pelos planejamentos em sala de aula com culturas digitais. 7

1.1 As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica: perspectivas do ser docente na contemporaneidade 11

1.2 O docente na contemporaneidade 13

1.3 Tecnologias e Educação: planejamento 15

2 O Planejamento Docente: sua importância nessa relação 18

2.1 Uso das tecnologias digitais em sala de aula 20

3 As Tecnologias de Comunicação e Informação 23

3.1 Tecnologias móveis (Unesco) 24

3.2 Dispositivos móveis 26

3.2.1 E o que são dispositivos móveis? 27

4 Considerações finais 31

Referências 33

1 Uma viagem pelos planejamentos em sala de aula com culturas digitais.

O presente trabalho, de abordagem qualitativa e de caráter descritivo, teve como objetivo problematizar a interlocução entre os planejamentos pedagógicos e tecnologias na sala de aula. Essa relação se apresentou como um problema para mim, enquanto planejava minhas aulas no estágio obrigatório, quando ainda era aluna do magistério, e se fortaleceu ao me tornar aluna da licenciatura de Pedagogia. Sempre houve a orientação, por parte dos professores dos cursos, em planejar incluindo as singularidades de nossos alunos, de nossa escola e do seu entorno. Proporcionar um planejamento inclusivo, portanto, sempre entrecruzou meu olhar docente, pelo menos em outros dois vieses também importantes: o que eu iria ensinar? o que eu iria aprender?

Iniciava as observações naquele tempo de estágio no magistério, lá pelo ano de 2009, não só incluindo aspectos singulares no meu planejamento, mas também, especialmente, preocupando-me com o quanto os planejamentos que eu desenvolvia se aproximavam daquilo que havia sido proposto. Depois de ter passado por dois períodos de estágio docente, e tendo participado como monitora de Alfabetização e Letramento, no Projeto Mais Educação SEB/MEC[1], numa mesma escola, passei a incluir no planejamento esse tempo contemporâneo, um tempo em que o ato de planejar também precisa incluir as ferramentas tecnológicas, pois, ao mesmo tempo em que observava esse entorno, eu o incluía no desafio particular de compreender como a Tecnologia poderia fazer parte de um planejamento, também pessoal, na minha formação docente. Essa relação vivida enquanto estagiária pode ser explicada um pouco mais nas palavras de Paulo Freire:

> Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina ensina alguma coisa a alguém (FREIRE, 1997, p.25).

---

[1]O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: jun. 2015.

Paulo Freire nos apresenta a ideia sobre a relação entre certezas e incertezas docentes, afirmando “a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de uma tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo” (FREIRE, 1997, p.28). Ele afirma ser fundamental que o educador não esteja demasiadamente certo de suas certezas (idem, p.29). Enfim, um planejamento precisa incluir o pós-planejamento, ou seja, o que ele, na prática, proporcionou. O que os alunos aprenderam? O que pensaram? O que eu aprendi? O que, nesse entrecruzamento pedagógico, colaborou ou prejudicou esse processo?

Hoje, nas minhas divagações sobre o planejar pedagogicamente, incluo este tempo contemporâneo, em que as ferramentas e tecnologias[2] fazem parte não só do entorno da sala de aula, mas da sala de aula propriamente dita. No último estágio que fiz na Educação de Jovens e Adultos (EJA), observei que a sala de informática ficava “à disposição” de professores e alunos e, mesmo assim, meus alunos não costumavam frequentá-la. Assim resolvi inseri-la no planejamento uma vez na semana. Ao mesmo tempo em que a incluía no meu planejamento de estágio, frequentava uma disciplina na faculdade que nos desafiava a incluir os aplicativos móveis na docência[3]. Assim, ao mesmo tempo em que estagiava, era monitora do “Projeto Mais Educação”, aluna da disciplina e planejava semanalmente uma aula na sala de informática.

Comecei a perceber que hoje, tanto quanto desde o meu tempo de estagiária no magistério, é necessário pensar a ação docente de planejar uma aula refletindo sobre o uso do recurso das tecnologias nas aulas. E mais, acredito que o planejamento de como incluí-lo e de como analisá-lo pedagogicamente é fundamental; não usar só por usar, mas usar e refletir acerca deste uso, relacionando o planejamento e o pós-planejamento como momentos fundamentais do processo.

---

[2] Ferramentas e Tecnologias: televisores, computadores, aparelhos de som, smartphones, tablets, blocos lógicos, material dourado e jogos didáticos.

[3]A disciplina nomeada de Educação a Distância e Ambientes de Aprendizagem, na modalidade de Educação a Distancia, é eletiva para o curso de Pedagogia. Ela discute as atuais políticas públicas com relação à EAD no Brasil e nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, suas características e possibilidades pedagógicas.

No meu estágio obrigatório recente na Pedagogia da UFRGS, desenvolvido na Educação para Jovens e Adultos (EJA), essas ideias sobre planejar na contemporaneidade passaram a estarem presentes mais ainda no meu fazer docente, no ato de construir dia a dia o meu planejamento. E também, passaram a se apresentar como um novo desafio. Durante a disciplina na faculdade de Pedagogia nos foi proposta a construção de um aplicativo para dispositivos móveis que, ao atravessar meus questionamentos, despertou outras dúvidas: além de incluir as Tecnologias de Informação nos meus planejamentos e práticas pedagógicas, como garantir um pouco mais de atenção às singularidades de meus alunos?

Retornando às leituras do curso de Pedagogia, e de acordo com Roseli Inês Hickmann, é necessário um trabalho educativo humanizado e articulado, com olhar e com afeto, àqueles sujeitos que estão no processo de aprendizagem. É preciso atuar através da realização de um trabalho educativo comprometido e capaz de incluir enigmas, vicissitudes, paradoxos e sofrimentos humanos que compõem o "caleidoscópio do cotidiano". E mais,

> um trabalho que vise observar a vida; ler as pessoas em seus olhares, jeitos de vestir, de caminhar, de alimentar-se, de brincar, sorrir, amar, chorar; e ter uma escuta sensível dos estudantes, enfim, que tenham por proposição temática e atividades em ciências sociais articuladas à subjetividade e ao mundo vivido e desejado pelos educandos e educadores, ultrapassando os limites e as fronteiras das concepções de espaço e tempo (HICKMANN, 2002, p.18).

Quando ingressei no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ao começar as observações nas escolas, minhas indagações e dúvidas sobre como articular planejamento e recursos digitais eram latentes. Questionava-me: por que, mesmo com a insistência dos alunos, as professoras que eu observava não incluíam as tecnologias em seus planejamentos? Os computadores daquela escola observada, que eram de última geração e todos prontos para o uso, nem sempre estavam disponíveis para os alunos e, quando estavam, muitas vezes, serviam apenas para suprir faltas de professores em sala de aula. Ou seja, as tecnologias eram de "fácil acesso", mas aparentemente os planejamentos pedagógicos não previam nenhum cunho "investigativo" para sua utilização. José Ricardo Kreutz nos ajuda a pensar sobre isso:

> O que acontece nas escolas é uma grande facilidade de acesso aos bens físicos da tecnologia digital, tornando seu uso, muitas vezes, disciplinarizado assim como o seu potencial investigativo omitido nas escolas. Isso não é novidade, pois a tecnologia digital, assim como

> muitos outros materiais lúdicos acabam muitas vezes “escondidos dentro dos armários” (KREUTZ, 2014, p.61).

Se considerarmos o quanto as tecnologias poderiam adentrar os planejamentos de forma a proporcionar investigações e estudos, poderemos focar já o início do ano, quando o professor começa a planejar antes mesmo de conhecer os alunos que compõe sua turma nova. Os primeiros planejamentos poderiam acontecer incluindo a própria realidade deste educando, pois que, certamente, na sua experiência cotidiana as tecnologias já o “situam” no mundo, e já fazem parte**.** De acordo com Paulo Freire (1987), é preciso dialogar com as diferentes visões do mundo que se constituem em cada sujeito de forma diferente, que se constroem a partir das experiências de cada um. Ele ainda complementa:

> Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta das várias formas de sua ação, reflete a sua *situação* no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto. Por isto mesmo é que, muitas vezes, educadores e políticos falam e não são entendidos. Sua linguagem não sintoniza com a situação concreta dos homens a quem falam, é um discurso a mais, alienado e alienante (FREIRE, 1987, p.87).

Assim, parece ser necessário a interlocução entre uma ação educativa “situada” no mundo e uma ação educativa não “bancária” estar proposta nos planejamentos pedagógicos destes tempos de Cultura Digital. Apresentar desafios nos planejamentos docentes que incluam o entorno cultural de nossos alunos, englobando o que está disponível através das tecnologias, parece possibilitar aprendizagens do que já faz parte do interesse deles. Para os autores Boll e Kreutz, é importante acrescentar no planejamento esses recursos digitais para alcançar os objetivos de trabalhar com todas as diversidades:

> A Cultura Digital é um campo vasto e potente, pois pode estar articulada com qualquer outro campo além das tecnologias, como por exemplo a arte, a educação, a filosofia, a sociologia, etc. Nesta perspectiva a Cultura Digital, assim como uma proposta de educação integral, maximiza todos os campos dos saberes dispostos, tanto dentro quanto fora do espaço escolar justamente por encontrar-se em um lugar que não pode fechar-se para o seu entorno que o está desafiando a novos jeitos de aprender (BOLL; KREUTZ, 2010, p.09).

Este trabalho com o outro, essa relação aluno/professor vai além do ensinar a ler e escrever, são mundos que se encontram e se relacionam, em uma troca de saberes constante. Oportunizar um planejamento que se encaixe na realidade de

nossa era digital poderá fazer com que os alunos participem com outros interesses também dentro da sala de aula. Paulo Freire (1987) colabora com esta ideia ao propor uma investigação do “universo temático” – universo do próprio sujeito, constituído de suas indagações, o “pensar do próprio povo” – proporcionando assim a apreensão dos “temas geradores”.

> Esta investigação implica, necessariamente, uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja igualmente dialógica. Daí que, conscientizadora também, proporcione, ao mesmo tempo, a apreensão dos “temas geradores” e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos (FREIRE, 1987, p.87).

Esse será meu suporte para a realização deste trabalho de conclusão do curso de Pedagogia. O trabalho está dividido em quatro partes, sendo a primeira introdução, na qual indico o assunto a ser pesquisado e premissas dele, tais como minhas experiências como estagiária da EJA, monitora do Projeto Mais Educação e aluna da Pedagogia, explicando o que entendo por dispositivos móveis ou recursos tecnológicos dentro dos planejamentos e apresentando algumas possibilidades pedagógicas a partir de seus usos no estágio desenvolvido na faculdade. Logo em seguida, explicito as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), no âmbito dos Anos Iniciais, e os programas de utilização (ou não) das tecnologias na escola em relação ao currículo da Educação Básica. E, para encerrar, faço minhas considerações finais acerca deste estudo, trazendo conclusões e indagações sobre a temática do Planejamento e da Inclusão Digital.

1.1 As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica: perspectivas do ser docente na contemporaneidade

O planejamento docente é sempre um desafio para o professor e são vários os fatores a serem considerados, desde o que pensamos ser importante discutir com nossos alunos até o próprio Planejamento Político Pedagógico (PPP) da escola. Como se não bastasse, temos que agregar a este desafio do planejamento o próprio desafio do que é ensinar nesses tempos de Cultura Digital.

Tendo em vista a “leitura de mundo” (FREIRE, 1990), bem como a ideia de cidadãos plenos e contemporâneos, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN/MEC) apresentam o planejamento escolar como uma

instância na qual é preciso valorizar não só o conhecimento científico, mas também os recursos oferecidos pelas novas tecnologias “já que o domínio e compreensão das mesmas são considerados como uma das principais condições para o exercício da cidadania na contemporaneidade” (BRASIL, 2013, p.25). É importante, também, discutir nos planejamentos pedagógicos possibilidades de contribuição das novas tecnologias para que o indivíduo possa perceber-se nas diferenças, se posicionando de forma acolhedora também frente a situações que o afetam no cotidiano.

> A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusiva, pois essa é uma opção “transgressora”, porque rompe com a ilusão da homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional (BRASIL, 2013, p. 25).

Segundo as DCNs, a principal missão da Educação Básica é a construção de uma cultura que se entrecruze com os direitos humanos no dia-a-dia escolar, valorizando a ciência e a tecnologia “desde a infância e ao longo de toda a vida, em busca da ampliação do domínio do conhecimento científico: uma das condições para o exercício da cidadania” (BRASIL, 2013, p.26).

A elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica procurou incluir opções políticas, sociais, culturais, educacionais nas propostas de orientações para a educação na atualidade. Com essa proposta, articulada com os objetivos constitucionais de projeto e de Nação, fundamentou-se na “cidadania e na dignidade da pessoa, o que implica igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade” (BRASIL, 2013, p.16).

Em face do acima exposto, é preciso salientar também o que as DCNs assinalam acerca da importância dos órgãos público, que “são chamados a colaborar para transformar a Educação Básica em um conjunto orgânico, sequencial, articulado, assim como planejado sistemicamente, que responda às exigências dos estudantes”, e também de “suas aprendizagens nas diversas fases do desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social” (BRASIL, 2013, p. 19). Sendo assim, a educação brasileira deve assumir o desafio de propor uma escola emancipadora e libertadora. Boll (2014) ajuda-nos a compreender melhor o processo do aprender nessa articulação inclusiva junto às tecnologias quando afirma que,

> aprender é poder compartilhar conhecimentos e protagonismos autorais e, em sistema que ainda ensina a obedecer, a transgressão oferecida pelos dispositivos midiáticos é o próprio pensar. O pensar não mais de um espectador decodificador ou interlocutor, mas de um espectador. Infinitos processos anunciam singularidades de pensamentos que se desorganizam-reorganizam-adaptam para se integrar em outros cada vez mais complexos na construção do conhecimento em parceria digital (BOLL, 2014, p.220).

Assim, aprender é também poder compartilhar, contar sua própria história, colaborando com seus conhecimentos, criando e recriando essas possibilidades também junto e a partir do uso dos dispositivos digitais. Na escola, agregado aos planejamentos pedagógicos, é possível crer que o uso dos dispositivos possa colaborar para que a didática se transforme, à luz das DCNs orientadoras para a educação na atualidade.

1.2 O docente na contemporaneidade

O educador enfrenta desafios, implicações e até conflitos que permeiam a sua função docente. Perante a complexidade da educação no contexto da sociedade contemporânea, ele se desafia a garantir a autonomia e o protagonismo do seu aluno, seguindo as orientações das DCNs, que afirmam que o “papel de orientador da pesquisa e da aprendizagem sobreleva, assim, o de mero transmissor de conteúdos” (BRASIL, 2013, p.111). “A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo as troca de saberes, a integração e o confronto do conhecimento, conforme diferentes abordagens” (idem, p.111). Por isso é preciso fazer da escola uma instituição acolhedora, inclusiva, transgredindo para romper com a ilusão da homogeneidade, contribuindo para que a “crise de identidade institucional” se fortaleça no reconhecimento desta pluralidade (idem, p.25).

Sendo assim, a aproximação com a Cultura Digital, quando atravessada ao planejamento, pode prover não só uma inclusão tecnológica nos usos dos recursos midiáticos, mas também aplicações para o exercício da cidadania nesses tempos de tecnologias digitais. Nesse sentido, outros desafios se colocam também para a função docente, pois, mesmo quando experiente, o professor precisa ir ao encontro desse lugar de “aprendiz para experimentar junto com os alunos as respostas para

as questões suscitadas" (BRASIL, 2013, p.111), previstas ou não nos planejamentos diários, semestrais ou anuais.

Como está nas DCNs, é importante que a escola possibilite aos alunos a reflexão e a critica no uso pedagógico destes recursos e produtos ao mesmo tempo em que os orienta na utilização destes:

> É importante que a escola contribua para transformar os alunos em consumidores críticos dos produtos oferecidos por esses meios, ao mesmo tempo em que se vale dos recursos midiáticos como instrumentos relevantes no processo de aprendizagem, o que também pode favorecer o diálogo e a comunicação entre professores e alunos (BRASIL, 2013, p.111).

E nesse aspecto, é fundamental pensar o quanto essa inclusão das tecnologias já nos planejamentos pedagógicos, entrecruzando conteúdos, recursos, procedimentos e avaliações, pode colaborar para a permanência destes alunos nas escolas. "Como garantir, contextualizadamente, o direito humano universal e social inalienável à educação" (BRASIL, 2013, p.18)? Acredito que cada dia mais é fundamental à educação entrecruzar os planejamentos pedagógicos com as Tecnologias e Culturas Digitais. A educação precisa orientar para o direito universal, de forma que ele esteja intimamente relacionado com todos os outros direitos, inclusive civis e políticos. Assim, a Educação consiste, portanto, também do processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores para também poder exercer direitos (BRASIL, 2013, p.16). E, como está no Artigo 48,

> Tendo em vista a implementação destas Diretrizes, cabe aos sistemas e às redes de ensino prover:
>
> I – os recursos necessários à ampliação dos tempos e espaços dedicados ao trabalho educativo nas escolas e a distribuição de materiais didáticos e escolares adequados;
>
> II – a formação continuada dos professores e demais profissionais da escola em estreita articulação com as instituições responsáveis pela formação inicial, dispensando especiais esforços quanto à formação dos docentes das modalidades específicas do Ensino Fundamental e àqueles que trabalham nas escolas do campo, indígenas e quilombolas;
>
> III – a coordenação do processo de implementação do currículo, evitando a fragmentação dos projetos educativos no interior de uma mesma realidade educacional;
>
> IV – o acompanhamento e a avaliação dos programas e ações educativas nas respectivas redes e escolas e o suprimento das necessidades detectadas. (BRASIL, 2013, p.142)

Segundo José Ricardo Kreutz (2014), as políticas de inclusão digital devem considerar o contexto pedagógico desde o lugar da escola e não apenas o uso pelo uso, ou a integração pela integração, sem considerar a complexificação que a própria ação pedagógica do planejamento pode oferecer. Reconhecer apenas que o apelo tecnológico existe não faz disso uma inclusão digital, especialmente no que tange aos espaços de sala de aula.

O mundo atual está conectado; em termos de tecnologia, tudo é muito rápido. Os celulares e computadores passaram a ser utilizados por grande parte da população, independentemente da faixa etária e classe social. Em consequência disso, os textos midiáticos nos convidam insistentemente para ir além das letras, em direção a um território educativo muito mais estendido e extenso: o da própria Cultura Digital. E como o autor diz,

> não existem recursos humanos e participação prática do poder público para uma reinvenção constante do processo inclusivo. Tão somente induz-se, deseja-se e espera-se que tal indução seja mais forte que os apelos mercadológicos que tais tecnologias digitais também oferecem ostensivamente na escola. Quando se trata de políticas de inclusão digital, hoje em dia, fala-se muito no uso e na integração das tecnologias digitais no contexto pedagógico (KREUTZ, 2014, p.63).

A autora Madalena Freire (2008) explica que o planejamento é aquele que organiza, sistematiza e “disciplina a liberdade individual e coletivamente”, trazendo o passado e o futuro para uma construção do presente (p.170). Sendo assim, e parafraseando a autora, o planejamento é o instrumento básico para a intervenção do professor, pois o ato de planejar exige uma ação organizada. Através do planejamento o docente pode organizar respostas diante do inusitado, para trabalhar a improvisação. Neste sentido, planejamento e criação se complementam na ação docente.

1.3 Tecnologias e Educação: planejamento

Usando na Educação as tecnologias, o planejamento pode ir além do ensinar a ler e escrever. O ensino em tempo de Cultura Digital faz os mundos se encontrarem e se relacionarem, oportuniza uma troca de saberes constante e

planejar entrecruzando mundos pode fazer com que os alunos participem com interesse dentro da sala de aula. Conforme Boll e Kreutz,

> a cultura digital [...] maximiza todos os campos dos saberes dispostos, tanto dentro quanto fora do espaço escolar justamente por encontrar-se em um lugar que não pode fechar-se para o seu entorno, que o está desafiando a novos jeitos de aprender (BOLL; KREUTZ, 2010, p. 09).

A fala dos autores nos ajuda a perceber que os alunos podem estar inseridos no mundo digital não somente nos espaços ditos informais. Complementam ainda que o professor "pode encontrar na Cultura Digital estratégias para desenvolver novas metodologias de ensino-aprendizagem que envolvam o aluno" com uma nova modalidade de ensino, tornando a escola um local onde se pense o potencial oferecido pelas redes digitais "tanto para o desenvolvimento intelectual quanto nas possibilidades de socialização e colaboração no coletivo escolar" (BOLL; KREUTZ, 2010, p.12).

O professor há de perguntar, então: que sujeito aluno é esse que se espera poder querer na contemporaneidade, onde tudo já é Cultura Digital? Como colocar esse desafio em seu planejamento, posto que concordassem com a ideia de que,

> nem sempre o laboratório de informática será a porta de entrada para a inclusão tecnológica. Na contramão dessa ideia, percebe-se que, pela urgência de "desencaixotar" as máquinas que chegam "de caminhão" até as escolas brasileiras, tende-se a disciplinarizar o uso das TICS (tecnologias de informação e comunicação) na escola também (KREUTZ, 2014, p.64).

Os estudantes podem aprender a receber informação com rapidez, podem gostar desse processo digital de realizar várias tarefas usando jogos, *e-mail,* tudo junto e ao mesmo tempo, mas é preciso ainda se perguntar que sujeito aluno é esse para quem planejamos. É importante o docente planejar em parceria com as novas tecnologias já que, segundo as DCNs, um certo domínio e compreensão das mesmas é considerado também uma das principais condições para o exercício da cidadania.

E, com essa importância das tecnologias, o professor precisa planejar, pensando em como pode inspirar, desafiar e proporcionar a reflexão entre conteúdos também disponíveis na internet, para que seus alunos possam aprender e, ao mesmo tempo, interagir nesses espaços de cidadania social. Segundo as DCNs, as novas tecnologias podem contribuir para que o indivíduo saiba se posicionar frente situações que o afetam no cotidiano, indicando que "a principal

missão da Educação Básica é a construção de uma cultura de direitos humanos, a fim de preparar ‘cidadãos plenos’ ” (BRASIL, 2013, p.25).

A escola cumpre um papel importante de inclusão digital dos alunos. Ela precisa valer-se desses recursos e, na medida de suas possibilidades, submetê-los aos seus propósitos educativos, considerando que a multiplicação dos meios de comunicação e informação pode colaborar para um aumento do consumo e uma visão de mundo fragmentada, que induz “à banalização dos acontecimentos e à indiferença quanto aos problemas humanos e sociais” (BRASIL, 2013, p.111). Segundo Mark Warschauer,

> na área da educação, em que o planejamento muitas vezes insuficiente com respeito ao treinamento de professores ou à reforma curricular solapou o valor dos investimentos em dispendiosos equipamentos informáticos [...] O que está em jogo não é o acesso à TIC no sentido restrito de haver um computador no local, mas sim o acesso no sentido mais amplo da capacidade de utilizar a TIC para finalidades pessoal ou socialmente significativas (WARSCHAUER, 2006, p.57).

Assim, acredito na premissa, junto com o autor, de que “o acesso à TIC para a promoção da inclusão social não pode basear-se apenas no suprimento de equipamentos ou conectividades” (WARSCHAUER, 2006, p.75). A inclusão social pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – na escola envolve, sem dúvida, a implementação de recursos, mas a prerrogativa principal continua sendo a participação de todos, de tal forma que possam melhorar suas vidas e as vidas de toda a comunidade onde vivem.

2 O Planejamento Docente: sua importância nessa relação

Desenvolvi meu estágio em docência compartilhada com uma outra colega do curso. Ele foi realizado em uma escola pública municipal, com uma turma da EJA Anos Iniciais, uma T3, que corresponde aos 3º e 4° anos do Ensino Fundamental. E, acreditando em uma educação plena, uma educação de troca de saberes, de inclusão e de compartilhamento de sabedorias, escolhi a EJA para a realização desse estágio, pois seria a minha primeira vez em uma docência compartilhada – o que nas outras modalidades de estágio na FACED/UFRGS ainda não é possível. Entendo que esta docência possibilita um compartilhamento não somente da atuação na sala de aula propriamente dita, mas, especialmente, em pensar, planejar, interpretar e desenvolver a docência.

Durante as experiências nos estágios do Magistério, da Pedagogia e no projeto no qual fui monitora, o Mais Educação – sempre nessa mesma escola, onde fiz agora, de novo, meu estágio compartilhado na EJA –, auxiliei alunos, em sua maioria com famílias de baixa renda, sem acesso às tecnologias e dispositivos móveis. Para tanto, e mesmo com todas as dificuldades, a Escola possuía sala de informática, que não era aproveitada em planejamentos pelos docentes e sim era usada para substituir espaços e “janelas” do horário quando havia falta de professores.

Na nossa turma de estágio, metodologias e didáticas diversificadas eram usadas no decorrer da aula, em busca de um olhar mais sensível para com os estudantes. Com essa turma do estágio obrigatório, planejávamos com o currículo da escola, integrando pesquisa no laboratório de informática e programando o uso deste espaço articulado aos conteúdos da sala de aula. Eram aulas nas quais os alunos se mostravam dedicados e curiosos. Mas também trabalhávamos com a internet não só quando havia um planejamento prévio; sempre que possível, íamos até o laboratório.

Também no ano anterior, na mesma escola, por ocasião de ser monitora do projeto Mais Educação, quando surgia uma oportunidade, eu levava minha turma de 16 alunos para fazer atividades na sala de laboratório; atividades indicadas pela coordenação, com jogos de letramento e de alfabetização. Enquanto nesse projeto havia um “recorte” do currículo escolar, nas minhas aulas de estágio a Cultura Digital se apresentava como uma via de oferecimento plural, em que outros saberes e

referenciais – não como jogos – eram incluídos no planejamento. Maria Bernadette Rodrigues (2004) destaca a importância de compreendermos as diferentes características culturais tanto de alunos como professores:

> É fato que os alunos de diferentes meios socioculturais chegam à escola portando certas características culturais que influenciam diretamente a maneira pela qual eles respondem às solicitações e às exigências inerentes à situação de escolarização. Também é fato que a compreensão dos processos e práticas pedagógicas supõe levar em consideração as características culturais das próprias professoras, os saberes, os referenciais, os pressupostos, os valores que estão subjacentes, de maneira por vezes contraditória, à sua identidade profissional e social (RODRIGUES, 2004, p.24).

Enfatizando as palavras da autora, entendemos que levar em conta o histórico do sujeito na construção do planejamento é um processo constante através do qual a preparação, a realização e o acompanhamento se fundem e são indissociáveis. Nessa relação fundam-se singularidades de todos os tipos, que podem estar planejadas, inseridas nas propostas pedagógicas dos professores, ou não. E, corroborando a opinião de Boll e Kreutz (2010), entendo que planejar em tempo de Cultura Digital na interlocução com os espaços escolares é apresentar possibilidades de “ações criativas” (p.9):

> Em se tratando da Cultura Digital, é preciso ainda oferecer condições de acesso a internet ininterrupto nos espaços escolares e comunitários de forma pública e gratuita, para pais, professores, alunos... enfim, para toda a comunidade. Ao mesmo tempo que se garante a gratuidade, torna-se necessário oferecer condições de permanência destes, abrindo os laboratórios em maior tempo e mantendo computadores em boas condições de uso. Desta forma é possível criar condições para que os educadores integrem definitivamente a Cultura Digital ao cotidiano escolar dentro e fora do espaço da sala de aula (BOLL; KREUTZ, 2010, p.15).

Durante meu estágio do magistério, minha participação no Projeto Mais Educação e no estágio do curso Pedagogia, pude perceber várias situações desconfortáveis – e às vezes até constrangedoras –, que aconteceram entre os professores por quererem usar os recursos do laboratório e não se sentirem "competentes" no manejo de *softwares*, de sítios (ou *sites*, em inglês) e de mídias, tal como bem citam Boll e Kreutz (2010, p.15). Questionava-me, também, sobre como esses professores, com todas as suas dificuldades de acesso às salas de informática, poderiam realmente criar condições e motivação para que seus alunos investigassem, indagassem e aprendessem nessa escola. Como as formações, os cursos e todas as outras participações dos professores têm contribuído para que

eles se sintam competentes na inclusão do mundo da Cultura Digital em seus planejamentos?

Sabemos que os professores nas suas formações nem sempre têm acolhidos seus desejos de instrução junto às tecnologias na educação, ficando restritos muitas vezes a ligar/desligar computadores, inserir senhas e outras questões muito mais técnicas do que pedagógicas. Corroboro a opinião de Mark Warschauer (2006), quando afirma que o acesso à informática e à internet continua altamente estratificada por raça, renda e educação. Ele afirma, ainda, que

> a exclusão digital, caracteriza-se não apenas no aspecto físico a computadores e à conectividade, mas também a recursos adicionais, que permitem que as pessoas utilizem a tecnologia de modo satisfatório. No entanto, é difícil que o sentido original de exclusão digital – que atribui importância dominante à disponibilidade física de computadores e conectividade, e não a questão de conteúdo, língua, educação, letramento ou recursos comunitários ou sociais – seja superado pelas pessoas (WARSCHAUER, 2006, p.21).

Mark Warschauer complementa ainda que “a estrutura da exclusão digital pressupõe que os contextos tecnológico e social podem se separar um do outro” (2006, p.270). No meu entendimento é errôneo pensar que esses dois contextos descritos separadamente interajam somente por casualidade, tal como alerta também o autor. Acredito que, ao incluir desde já o tecnológico e o social como processos e não somente recursos no planejamento pedagógico, mas especialmente como objetivos do fazer docente, em que a identificação, a comparação e a análise estejam presentes junto aos conteúdos escolares, podererão efetivar a tão esperada inclusão digital na ação docente e discente nas salas de aula.

2.1 Uso das tecnologias digitais em sala de aula

As experiências proporcionadas a mim como aluna do curso de Pedagogia nestes últimos quatro anos, como aluna do Magistério nos anos anteriores, as experiências proporcionadas como monitora no Projeto Mais Educação e, especialmente, como professora nos estágios obrigatórios, foram certamente, fundamentais para pensar neste Trabalho de Conclusão de Curso. Ao longo destes últimos seis anos de estudo, de práticas, de dúvidas e de algumas certezas, a

relação dos alunos com as tecnologias digitais esteve presente em minhas reflexões e meus planejamentos, abrangendo as mais variadas linhas de pensamento e fazendo-me refletir sobre inúmeras investigações possíveis desses meus olhares pedagógicos na relação entre tecnologia e docência.

Sendo assim, este trabalho foi delimitado na relação entre tecnologia e planejamento, posto que, as atuais DCNs para a Educação Básica nessa relação falam em “inclusão” e em “interesses”, inferindo que os planejamentos pedagógicos precisam ser compostos incluindo toda uma Cultura Digital. Esta última deve relacionar-se com os conteúdos escolares, assim como com os interesses dos alunos no objetivo maior de que a escola seja “emancipadora e libertadora”, oportunizando ampliar também a paz nas relações sociais “para os próximos 20 anos” (BRASIL, 2013, p.19).

Portanto, considerando essas questões que apresentei até o momento, é possível perguntar:

Como os planejamentos pedagógicos podem incluir os interesses dos alunos nesses tempos de Cultura Digital?

Tal questionamento aponta para os seguintes objetivos:

- ✓ Investigar como pode ser um Planejamento Pedagógico nesses tempos de Cultura Digital;
- ✓ Compreender a relação entre exercício do Planejamento Pedagógico e Cultura Digital;
- ✓ Contribuir com os estudos sobre planejamento da prática docente com as tecnologias digitais.

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, tendo em vista que se trata da análise e reflexão de planejamentos dentro das Séries Iniciais da Educação Básica, usando Tecnologias Digitais. O tema é estudado com a profundidade possível, tratando-se de um Trabalho de Conclusão de Curso. O principal instrumento desta pesquisa será a análise dos relatórios do Estágio Curricular Obrigatório e de artigos, textos, livros e dados oficiais de pesquisas que se relacionem à temática escolhida.

Para realização desta pesquisa, foram pensadas as seguintes etapas:

1. Estudo dos referenciais teóricos sobre a temática;

2. Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica (2013) e Unesco (2014);
3. Releitura do Relatório de Estágio Curricular Obrigatório.

Estas etapas foram se interligando ao longo do trabalho, pois os referenciais teóricos e empíricos foram imprescindíveis na compreensão dos modos como os planejamentos e as reflexões teóricas se entrecruzam. Compreendendo os planejamentos de professores e suas práticas pedagógicas junto à tecnologia digital, novos desafios se colocam para a escola, que também cumpre um papel importante na inclusão digital dos alunos. Ela precisa valer-se desses recursos e, na medida de suas possibilidades, submetê-los aos seus propósitos educativos (BRASIL, p.111), e ainda conforme a UNESCO,

> as tecnologias móveis, por serem altamente portáteis e relativamente baratas, ampliaram enormemente o potencial e a viabilidade da aprendizagem personalizada e, além disso, à medida que aumentam o volume e a diversidade de informações que os aparelhos móveis podem coletar sobre seus usuários, a tecnologia móvel torna-se capaz de melhor individualizar a aprendizagem (UNESCO, 2014, p.13).

Durante o período do estágio obrigatório, observei que a escola possuía biblioteca rica em acervos, livros novos, filmes e DVDs, sendo que a sala de informática tinha acesso à internet e contava com trinta computadores de última geração. A sala de vídeos era em outro local, com espaço amplo, televisão *led*[4] e *Datashow*. Havia também uma sala de arte, onde ficavam os instrumentos musicais da escola, bem equipada para todos os alunos e com uma boa acústica**.** Também havia uma sala apropriada para o projeto de robótica, que tem por objetivo relacionar conteúdos matemáticos com as funcionalidades da tecnologia. Quando elaborava o planejamento do estágio obrigatório da EJA acrescentava pelo menos um dia na semana com uma aula no laboratório de informática. A turma participava demonstrando grande interesse, colaborando e interagindo com assuntos variados considerando também os que eram por mim planejados. Porém, o mais importante para minha questão neste Trabalho de Conclusão foi perceber a falta de planejamento incluindo cada sala como processos intrínsecos, tratando-as como se fossem recursos separados da ação docente, recortados.

---

[3]A LED TV é um televisor que usa vários diodos emissores de luz (LEDs) por trás de um painel LCD. Proporciona melhor contraste de imagem que a LCD com iluminação traseira por Eletroluminescência (comuns).

3 As Tecnologias de Comunicação e Informação

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) foram incluídas nas DCNs como uma parte do desenvolvimento progressivo do mundo e estão presentes hoje para dar mais suporte e dinâmica às aprendizagens escolares. Aprendizagens estas que, articuladas às ferramentas e tecnologias, “potencializam a nossa compreensão do mundo” (BRASIL, 2013, p.50).

Conforme o autor José Ricardo Kreutz (2014) escreve, ter um laboratório de informática é ter um contexto específico de uso das múltiplas tecnologias. No entanto, ele mesmo afirma que nem sempre o laboratório de informática será a porta de entrada para a inclusão tecnológica (p.63). Nessa perspectiva, a comunidade escolar pode assumir o Projeto Político-Pedagógico não como peça constitutiva de uma lógica burocrática, menos ainda como elemento mágico capaz de solucionar todos os problemas da escola, mas como instância de construção coletiva, que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos de direitos à proteção e à participação social.

Nessa construção de conhecimentos, como está nas DCNs, o professor desenvolverá e poderá incluir nos seus planejamentos as tecnologias digitais. Conforme escrevem os autores Boll e Kreutz,

> Esses novos jeitos de aprender nos dias de hoje escapam ao modelo hierárquico, sequencial, linear e fechado em apenas um turno escolar. Compreendem a ideia de rede no ato de conhecer, alterando formas e jeitos de aprendizagem e interpelando-nos a pensar novas formas de escolarização e de fazer cultura. É possível pensar a Cultura Digital como um tipo de macrocampo, aquela que gestiona, intercruza as informações e conhecimentos produzidos pela humanidade (BOLL; KREUTZ, 2010, p.11).

Mark Warschauer (2006), ao explicar o que é a inclusão social, desenvolve a ideia de que esta pode ser entendida pelo acesso, promoção e permanência às Tecnologias de Informação e Comunicação, pois o autor explica que adquirir o equipamento é apenas um dos passos para, de fato, utilizar as TICs com finalidades individuais ou sociais (p.57). O autor complementa, dizendo que a inclusão se dá a partir do momento em que seus recursos são usufruídos e entendidos de forma clara e consistente (p.75). Portanto, pensar em levar esses recursos para a sala de aula, para dentro do planejamento, visto que os alunos, em sua maioria, vivem pesquisando na internet e que a maioria das escolas tem acesso à rede, é fundamental.

3.1 Tecnologias Móveis (Unesco)

Conforme a UNESCO, as tecnologias móveis podem ampliar e enriquecer oportunidades de estudos para os estudantes e seus professores em diversos ambientes. No entanto, por elas serem mais baratas e consideravelmente mais fáceis de serem usadas do que os computadores fixos, o próprio entendimento de aprendizagem com estes recursos merece ser revisitado. Para a UNESCO, as tecnologias móveis podem ser, "em linhas gerais, telefones celulares, *tablets*, leitores de livros digitais (*e-readers*), aparelhos portáteis de áudio e consoles manuais de *videogames"*. Nesse sentido,

> as tecnologias móveis podem ampliar e enriquecer oportunidades educacionais para estudantes em diversos ambientes, destaco a importância da aprendizagem móvel que é um ramo da TIC na educação ser gerenciada individualmente do que computadores fixos, a aprendizagem móvel requer um novo conceito para o uso de modelos tradicionais na implementação de tecnologias (UNESCO, 2014, p.9).

No uso do dia a dia, as tecnologias digitais requerem muito mais que a decodificação de números e letras pelos usuários. A aprendizagem proporcionada pela usabilidade desta tecnologia móvel vem a somar para que a educação seja cada dia mais entendida em seu contexto ampliado, pois ao digitar um número de telefone, adicionar um contato, ligar/desligar os celulares novos conhecimentos são construídos. Os aplicativos educacionais proporcionam ainda mais, pois podem ser desenvolvidos justamente para incluir novos desafios aos alunos, de acordo com os estudos curriculares de sala de aula. O planejamento de aplicativos para mídias móveis pode estar diretamente implicado no estudo formal da escola:

> Reconhecendo as possibilidades que as mídias móveis podem oferecer para a potencialidade das aprendizagens escolares em tempos de Cultura Digital, apresentamos os aplicativos desenvolvidos no intuito de informar e fomentar a criação por outros professores e alunos. Numa linguagem acessível procuramos instigar a comunidade educativa que, apesar de possivelmente não possuir o conhecimento das linguagens computacionais, poderá desenvolver com o uso desses dispositivos, propostas de autoria e de construção do conhecimento colaborativo na sala de aula, em especial nas salas de aula da educação básica (BOLL; MELO, 2014, p.8).

Assim, mais importante que discutir como será a aprendizagem móvel, é preciso compreendê-la enquanto promotora da "ampliação das possibilidades do processo comunicativo entre alunos que a cada dia mais se tornam conectivos" (BOLL; MELO, 2014, p.4), ampliando espaços e incluindo outros sujeitos nessa

relação. Na relação letramento e tecnologias digitais, Mark Warschauer enumera quatro aproximações:

> 1ª) Ambos estão ligados aos avanços da comunicação humana e aos meios de produção do conhecimento;
>
> 2ª) O letramento era e continua sendo pré-requisito para a plena participação nos primeiros estágios capitalista, assim como o acesso às TICs é pré-requisito para a plena participação no estágio informacional do capitalismo;
>
> 3ª) Tanto o letramento, quanto o acesso às TICs precisam de conexão a um artefato físico (um livro ou um computador);
>
> 4ª) Ambos envolvem não apenas a recepção de informação, mas também sua produção (WARSCHAUER, 2006, p.64,65).

Assim, é possível crer que as tecnologias sejam os próprios espaços de construção e de inclusão no mundo da vida e, acrescentá-las ao planejamento do cotidiano escolar é colaborar para que os processos de aprendizagem em tempos de cultura digital se fortaleçam para além de práticas consumidoras. E, como escreve José Ricardo Kreutz,

> Na educação, que é o que nos interessa discutir aqui, cada escola, por exemplo, tem um laboratório de informática e um contexto específico de uso das múltiplas tecnologias. [...] Se pensarmos em tecnologias, no sentido amplo, o elemento digital é apenas um na multiplicidade; donde as provocações anteriores. E é nesse sentido que apresento a ideia de inclusão tecnológica que, a meu ver, respeita mais o contexto e as relações não digitais existentes no plano intensivo das tecnologias (KREUTZ, 2014, p.62).

O professor poderá, incluindo as tecnologias móveis no seu planejamento, oportunizar condições para que seus alunos se responsabilizem pelos estudos em diferentes momentos e espaços, não só enquanto estiverem dentro da sala de aula. Conforme a UNESCO, as tecnologias móveis poderão acrescentar uma melhoria nos aspectos avaliativos da educação escolar:

> As tecnologias móveis também podem aumentar a eficiência dos educadores, automatizando a distribuição, a coleta, a avaliação e a documentação das avaliações. Por exemplo, vários aplicativos móveis facilitam a aplicação, pelos professores, de pequenos testes, com vistas a assegurar que os estudantes completem certa tarefa de leitura (UNESCO, 2014, p.14).

De acordo com a UNESCO, os planejamentos pedagógicos agregados às tecnologias móveis podem contribuir para que atividades específicas sejam somadas às desenvolvidas comumente em sala de aula. Acredito que, mais do que isso, as tecnologias móveis, tais como *tablets* e *smartphones*, podem contribuir para que a construção do conhecimento de si na relação com o seu entorno se

estabeleçam de forma crítica e potencializadora de novas ideias de cidadania, seus direitos e deveres.

Paulo Freire (1997), no livro *Pedagogia da Autonomia*, descreve a relação entre ensinar e criar possibilidades de produção de conhecimento. Ele diz:

> Saber eu ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho a de ensinar e não a de transferir conhecimento (FREIRE, 1997, p. 47).

Entendendo que os alunos são uma compilação de inúmeras sabedorias, o educador deve valorizar, em sua prática docente, a sabedoria alcançada na relação com as tecnologias, inclusive as móveis, entrecruzando as informações de livros, textos, cotidiano da vida, também aquele da cultura digital, e instigando-os a serem protagonistas do seu próprio conhecimento, bem como do seu processo de aprendizagem.

3.2 Dispositivos Móveis

A integração social do aluno da EJA poderá acontecer também dentro da sala de aula com dispositivos móveis. Por que não? O professor poderá incluir as tecnologias móveis ao seu planejamento, tornando-as uma parte importante de seu recurso, quem sabe até ajudando esses alunos a se incluírem neste espaço, já que a escola não pode ficar “pra trás”. Conforme os autores Almeida e Valente,

> de um modo geral, é possível constatar que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e as mídias digitais têm causado grande impacto em praticamente todos os segmentos da nossa sociedade, da nossa vida e, sobretudo, no desenvolvimento do conhecimento científico e nos avanços da ciência. No entanto, na Educação, a presença destas tecnologias é muito pouco significativa e seu potencial é pouco explorado. Ainda não observamos nos processos de ensino e de aprendizagem, em distintos níveis, do Básico ao Superior, os mesmos impactos e transformações visivelmente identificados em outros segmentos, tais como no sistema bancário, nos processos administrativos, nos serviços e nas empresas em geral (ALMEIDA; VALENTE, 2012, p.58).

Sendo assim, acredito que as TICs precisam definitivamente se entrecruzar ao ensino formal a fim de fortalecer não só o conhecimento científico e o avanço da

ciência, mas também a relação entre sujeitos e sociedade. Desta forma, entendo que professores envolvidos na criação destes contextos em seus planejamentos de sala de aula podem possibilitar um bom conhecimento desta relação, mesmo que pouco explorado.

3.2.1 E o que são dispositivos móveis?

Segundo Boll e Melo (2014), os dispositivos móveis são tecnologias que têm como principais características a portabilidade e a integração com múltiplas mídias (p. 2), além de que os sujeitos que se utilizam dessas tecnologias podem estar geograficamente distantes uns dos outros e mesmo assim podem interagir, comunicar-se e compartilhar informações, usando os dispositivos *smartphones* e *tablets.* O celular, que representa "um objeto caracterizado pela portabilidade, conectividade e mobilidade" (LEMOS; JOSGRILBERG, 2009, p. 78), converge digitalmente conexões midiáticas e concentra acervos de conteúdo, unindo indivíduo e sociedade:

> Pela primeira vez, talvez, a gente tenha a dimensão técnica, o digital, colado à dimensão da comunicação. São tecnologias não apenas da transformação material e energética do mundo, mas que permitem a transformação comunicativa, política, social e cultural efetivamente. Porque nós conseguimos transitar informação, bens simbólicos, não materiais, de uma maneira inédita na história da humanidade (LEMOS, 2009a, p. 136).

Acreditando nesse pressuposto conectivo digital, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, as TICs se apresentam como uma parte de um processo pedagógico que, junto aos livros e aos gizes, podem permitir aprendizagens mais significativas, especialmente frente ao importante papel de "inclusão digital" dos alunos.

> Como qualquer ferramenta, [as TICs] devem ser usadas e adaptadas para servir a fins educacionais e como tecnologia assistiva; desenvolvidas de forma a possibilitar que a interatividade virtual se desenvolva de modo mais intenso, inclusive na produção de linguagens. Assim, a infraestrutura tecnológica, como apoio pedagógico às atividades escolares, deve também garantir acesso dos estudantes à biblioteca, ao rádio, à televisão, à internet aberta às possibilidades da convergência digital (BRASIL, 2013.p.25).

Nesse aspecto, o autor Warschauer nos ajuda a definir a inclusão e a exclusão digitais:

> a mudança de foco da exclusão digital para a inclusão digital baseia-se em três premissas: 1) a nova economia e a nova sociedade de rede emergiram; 2) a TIC desempenha um papel decisivo em todos os aspectos dessa nova economia e nova sociedade; 3) o acesso à TIC, definido de modo amplo, pode ajudar a determinar a diferença entre marginalização e inclusão nessa nova era socioeconômica. (WARSCHAUER, 2006, p.31)

O docente, em tempos de cultura digital atravessado pelas orientações das DCNs, está constantemente desafiado a se incluir na era das tecnologias móveis. Seu desafio está, entre outros aspectos, em se aproximar a ela, ao mesmo tempo em que se adapta a essa nova possibilidade, agregando-a à infraestrutura tecnológica que a própria escola lhe apresenta.

Penso que essa aparente distância deixará de existir quando ele mesmo perceber sua intensa aproximação às tecnologias móveis e seus dispositivos de redes sociais, entre outros recursos de informação e comunicação. No ir e vir de recados e outras informações, a criação de novos métodos didático-pedagógicos a partir do planejamento, por exemplo, pode contribuir para que “o exercício da compreensão” e a “valorização da ciência e da tecnologia desde a infância e ao longo de toda a vida, em busca da ampliação do domínio do conhecimento científico”, se apresentem como “uma das condições para o exercício da cidadania” (BRASIL, 2013, p.26).

Desta forma, entendo que todos os planejamentos usando e aproveitando as tecnologias que a escola possui devem ir ao encontro da metodologia e da didática dos educadores, incluindo também aqueles dispositivos que os próprios alunos já possuem: os *smartphones*. Tais tecnologias aproximam-se, relacionam-se com a ideia de globalização que “vem desarticular fronteiras e limites do sedentarismo. Os novos dispositivos informacionais vão ampliar os deslocamentos físico e informacional” (LEMOS, 2009, p. 30). Assim, permitir que *tablets* e *smartphones* problematizem o poder de comunicação e interação entre indivíduos na sociedade é também, provavelmente, abrir espaços para que a apreciação estética se enuncie nos trabalhos escolares:

> Nesse sentido, a enunciação estética quando se virtualiza nos espaços de compartilhamento *on-line* entrelaçada aos espaços escolares, se virtualiza enquanto espasmo pedagógico, um tropeço educativo sem lógica e sem necessidade de maiores estudos, pois que não se enquadram em nenhuma orientação didática. [...]

> atratores culturais, significantes simbólicos carregados de significados autorais, tramam silenciosamente um jogo performativo nos videos escolares, pois que, certamente, se mal dá tempo de trabalhar os conteúdos midiáticos técnica e criticamente, quiçá há tempo de apreciá-lo esteticamente (BOLL, 2014, p.222).

Por isso, mais do que usá-las crítica e tecnicamente, é preciso pensar as tecnologias móveis como aquelas que oportunizam a criação de uma enunciação estética – também nesses espaços digitais – incluindo desejos e necessidades de protagonismos autorais. Enfim, pensar em inclusão destas tecnologias móveis é "pensar uma nova possibilidade autoral na educação", que é, segundo Kreutz (2014) uma "ordem emancipadora em relação aos dispositivos docilizadores de corpos e espíritos aprendentes". E assim, ainda conforme o autor, poderemos ter "uma nova transgressão: simplesmente falamos em inclusão, sem mais adjetivá-la como digital ou tecnológica" (KREUTZ, 2014, p.63).

> De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010), uma das maneiras de se conceber o currículo é entendê-lo como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes. O foco nas experiências escolares significa que as orientações e propostas curriculares que provêm das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os alunos (BRASIL, 2013, p.113).

Assim, a transgressão que inclua em seus planejamentos as TICs para que, tal como preconizam as DCNs, "a escola contribua para transformar os alunos em consumidores críticos dos produtos oferecidos por esses meios, ao mesmo tempo em que se vale dos recursos midiáticos" (BRASIL, 2013, p.111) é o que nos interessa neste trabalho. Para isso se faz cada dia mais urgente oferecer aos professores "formação adequada para o uso das tecnologias da informação e comunicação e que seja assegurada a provisão de recursos midiáticos atualizados e em número suficiente para os alunos" (idem, p.111).

O Art. 28, das DCNs, aponta para a usabilidade das tecnologias e dos conteúdos das mídias junto ao currículo escolar "como ambiente de inclusão digital e de utilização crítica das tecnologias da informação e comunicação" (BRASIL, 2013, p.136). Nesse sentido, é preciso compreender essa relação como aquela disposta a conectar, relacionar, entrelaçar às tecnologias e em especial aos dispositivos móveis os conteúdos de dentro e de fora do ambiente escolar. Isso desafia aquele professor

que está na sala de aula a perceber seus alunos como cidadãos digitais, protagonistas-autores da sua aprendizagem e que fazem uso de informações e conhecimentos, seja no espaço formal da sala, seja no espaço informal das mídias móveis. Compreendendo, portanto, que o uso das tecnologias na educação é uma realidade que está cada vez mais presente na sala de aula, posso entender esse processo em que as mídias móveis perpassam os conteúdos escolares como mais uma garantia à Cidadania Digital das pessoas.

4 Considerações finais

Finalizando este trabalho, faço uma reflexão de cunho qualitativo através das minhas práticas como discente, procurando a partir das experiências dos estágios obrigatórios (Magistério e Pedagogia) e do Projeto Mais Educação, do qual fui monitora, e através de minhas análises durante o tempo de jornada acadêmica, pesquisar e responder questões sobre uma docência humanizada em tempos de Cultura Digital. Para um planejamento de aula que vise respeitar o aluno e seus conhecimentos e a bagagem cultural que traga consigo, como escreve Roseli Inês Hickmann,

> é importante lembrar a necessidade de se elaborar o planejamento pedagógico com propostas que transitem entre identidades, enquanto identificação e reconhecimento de cada um, através da retomada de sua história pessoal, como também revisitar os outros, deixando-se capturar pelo estranhamento de outras culturas para poder descobrir-se na sua. Ou seja, a identidade e a diferença caminham juntas. É preciso que eu me veja num outro, estranho a mim, para poder redescobrir-me (HICKMANN, 2002, p.15)

Junto aos autores consultados nesse trabalho e aos documentos das Diretrizes Curriculares Nacionais e da UNESCO, busquei contribuir com reflexões que apresentem o uso das culturas digitais entrecruzadas aos planejamentos pedagógicos. Atualmente, o processo formador, levando em conta a importância da utilização de dispositivos móveis em direção à autonomia e à inclusão, valoriza alunos e professores como sujeitos sociais, participativos e transformadores da sociedade.

O grande mestre Paulo Freire (1987) explica que “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade” (p.133). Assim, nada mais importante que procurar aprender e superar os desafios que as mídias móveis nos oferecem diariamente, incluindo-as em nossos planejamentos junto aos conteúdos formais da sala de aula.

> Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam (PAULO FREIRE, 1987, p.53).

No presente trabalho, o objetivo foi refletir sobre as contribuições das tecnologias digitais integradas com o currículo, com foco nos processos de

construção do conhecimento, e com o uso de diferentes recursos para os planejamentos atravessados pelos documentos orientadores contemporâneos. E também, observar um cotidiano que ainda parece não corresponder ao da maioria dos brasileiros, porque ainda não participam na potencialidade na criação de novas leis através dos espaços digitais. Assim, é fundamental abrir essas perspectivas já desde o planejamento docente, incluindo a Cultura Digital e suas possibilidades de participação popular, para que nas próximas décadas possamos, enfim, viver a transformação que a internet nos possibilita: aprimorando leis, compartilhando textos e opiniões.

> EMENTA
>
> A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, estabeleceu princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, conhecido como “Marco Civil da Internet”. Seguem alguns dos principais temas regulamentados pela nova lei: - Neutralidade (art. 9º): foi assegurada a neutralidade de conexão que, em tese, assegura ao usuário acessar o conteúdo que quiser; - Proteção à privacidade e intimidade (art. 7º): assegura a proteção de dados pessoais, cuja definição dependerá de regulamentação (FECOMÉRCIO, 2015).

Em referência a lei acima, atentemos para o direito à neutralidade e a proteção à privacidade. Ou seja, é possível crer que tenhamos cada dia mais possibilidades de reconhecer a importância das diversas mídias disponíveis nas tecnologias móveis e nos planejamentos pedagógicos, acrescentando ao processo de construção de conhecimentos as possibilidades de ação e reflexão diretamente nestes espaços – não só na sala de aula. Creio que cada vez mais a comunidade escolar compreenderá a tecnologia, em especial os dispositivos móveis, como fundamental para as realizações de atividades cotidianas na escola e como instrumento capaz de expandir seus olhares também ao mundo digital.

Referências

BOLL, Cíntia I.; KREUTZ, José R.; AXT, Margarete et al. (Orgs.) *A cultura digital: quando a tecnologia se enreda aos usos e fazeres do nosso dia a dia.* 1ª ed. Brasília, DF: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. 71p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8210&Itemid>. Acesso em: Mar. 2015.

BOLL, Cíntia I. *Os Dispositivos Midiáticos na Cultura Digital: a ousadia enunciada em uma estética que potencializa eu, você e todos os outros que quiserem participar.* In CORÁ, E.J. (Org**.).** Reflexões Acerca da Educação em Tempo Integral. Porto Alegre: Evangraf, 2014, 280p.

BOLL, Cíntia I.; MELO, Rafaela da S. Cultura Digital e Educação: desafios contemporâneos para a aprendizagem escolar em tempos de dispositivos móveis. CINTED-UFRGS. *Novas tecnologias da Educação.* V. 12 Nº 1, julho, 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/49829 /31187>. Acesso em: 03 Mai. 2015

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica* / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

FECOMÉRCIO - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo. *Marco Civil da Internet - LEI Nº 12.965*, DE 23/04/2014- s/pg. Disponível em: <http://novoportalfecomercio.hospedagem desites.ws/CMS-Site//Files//Uploads /5/2015-02-09/MARCO%20CIVIL.pdf>. Acesso em: Mai. 2015.

FREIRE, Madalena. *Educador educa a dor.* São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Pedagogia da Autonomia.* Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Coleção Leitura).

_____. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *Política e Educação*. 5ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo**.** *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HICKMANN, Roseli Inês. *Ciências sociais no contexto escolar: para além do espaço e tempo.* IN._____. (Org.) Estudos sociais: outros saberes. Porto Alegre: Mediação, 2002.

KREUTZ, J. A pesquisa-intervenção e o vídeo-conceito como resistência ao consumismo digital na formação de professores na modalidade EAD. *AYVU - Revista de Psicologia*, N.1, dec. 2014. Disponível em: <http://www.ayvu.uff.br /index.php/AYVU/article/view/13/13>. Acesso em: 23 Mar. 2015.

LEMOS, André. Cultura da mobilidade. In*: Revista Famecos.* Vol. 1, N. 40, 2009a. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos /article/view/6314/4589>. Acesso em: 19 Mar. 2015

LEMOS, André; JOSGRILBERG, Fabio. (Org.) *Comunicação e mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil.* Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <poscom.ufba.br/.../livro_Comunicacao_Mobilidade _AndreLemos.pdf> . Acesso em: Abr. 2015

RODRIGUES, Maria Bernadette Castro. *Planejamento: em busca de caminhos.* IN: XAVIER, Maria Luisa M.; DALLA ZEN, Maria Isabel H. (Orgs.). Planejamento em destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000.p.59-73 (Caderno Educação Básica, 5).

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. *Diretrizes de políticas da UNESCO para a aprendizagem móvel - 2014.* Tradução: Rita Brossard. Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil, 2014. Disponível em: <http://creativecom mons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/>. Acesso em: Mar. 2015.

WARSCHAUER**,** Mark. *Tecnologia e inclusão social.* A exclusão social em debate. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Editora Senac, 2006.